

ATA DO SEMINÁRIO SOBRE PRECATÓRIAS E DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - PEC 066/2023

REALIZADO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ EM 16 DE JUNHO DE 2025

Às 9h40 do dia 16 de junho de 2025, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP, foi dado início ao Seminário sobre Precatórios e Débitos Previdenciários, com foco na Proposta de Emenda à Constituição nº 066/2023, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

A sessão foi liderada pelo Deputado Federal **Toninho Wandscheer**, responsável pela articulação nacional da proposta, e teve como anfitrião o Deputado Estadual **Alisson Wandscheer**, proponente do evento.

Compuseram a mesa de honra:

- **Deputado Estadual Alexandre Curi**, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná;
- **Prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel**;
- **Presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP)** e Prefeito de Assis, **Marcel Micheletto**;
- **Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba (ASSOMECA)** e Prefeito de Colombo, **Helder Lazarotto**;
- **Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Municípios (CNM)**, **Edimar Santos**;
- **Procurador do Estado do Paraná** e Presidente da Comissão de Precatórios da OAB/PR, **Dr. André Renato Miranda**;
- **Prefeita de Mandaguáçu**, representando a AMUSEP, **Ivoneia Furtado**.

ABERTURA DOS TRABALHOS

O Deputado **Alexandre Curi** deu as boas-vindas aos participantes e ressaltou o caráter municipalista da Assembleia Legislativa, justificando a abertura do Plenário para o debate em função da relevância do tema para os entes locais. Enfatizou que a PEC 066/2023 representa uma oportunidade de organizar os pagamentos de precatórios com previsibilidade e justiça fiscal.

Em seguida, o Deputado **Alisson Wandscheer** destacou que a proposta aprovada na Câmara permite alongar o prazo de pagamento dos precatórios, proporcionando melhores condições para o equilíbrio das contas municipais.

FALAS DAS AUTORIDADES

Prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel

Relatou que Curitiba está com suas obrigações em dia, inclusive quanto aos precatórios, mas vê com grande responsabilidade o debate, considerando o impacto que a PEC terá no planejamento das gestões futuras. Ressaltou o papel da CNM e AMP na interlocução com o Governo Federal e manifestou apoio integral à proposta.

Deputado Federal Toninho Wandscheer

Fez um panorama sobre a **PEC 066/2023**, que propõe o aumento do número de parcelas para quitação dos precatórios previdenciários, passando de 60 para 300 vezes, além da alteração no indexador, trocando a **SELIC** pelo **IPCA**, mais compatível com a realidade fiscal dos municípios. A PEC também fixa o prazo até **2029** (com proposta de alteração para **2033**, acompanhando o calendário da Reforma Tributária) para adequação dos entes subnacionais.

Prefeita Ivoneia Furtado – Mandaguçu

Representando a AMUSEP, agradeceu a oportunidade e parabenizou os deputados pela atenção às realidades locais. Enfatizou que municípios pequenos enfrentam grandes desafios para manter os pagamentos em dia, e a PEC representa um alívio necessário e estratégico para manter a governabilidade.

Dr. André Renato Miranda – Procurador do Estado

Abordou aspectos técnicos e jurídicos da PEC, pontuando a necessidade de atenção aos dispositivos constitucionais (arts. 100 a 105), bem como às normas infraconstitucionais do CNJ. Destacou a importância do Regime Especial de Pagamento de Precatórios já previsto na EC 62/2009. Propôs a ampliação do prazo da PEC até **2033**, coincidente com os efeitos da Reforma Tributária.

Prefeito Helder Lazarotto – Colombo

Ressaltou o impacto dos precatórios sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e propôs que os aportes feitos além do percentual obrigatório não sejam computados no limite de gastos com pessoal, flexibilizando a gestão financeira municipal.

Edimar Santos – CNM

Apontou **seis pontos críticos** da PEC, destacando a mudança do indexador como essencial para evitar a explosão das dívidas: um município com dívida de R\$ 5 milhões, por exemplo, pode chegar a R\$ 10 milhões em 10 anos com a SELIC atual. Incentivou os prefeitos a integrarem os comitês gestores do **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, previstos na Reforma Tributária.

Marcel Micheletto – AMP

Reforçou que a PEC 066 é urgente e de extrema importância para o equilíbrio financeiro dos municípios. Observou que as reformas previdenciária e tributária são difíceis de implementar localmente, mas que a aprovação da PEC 066 cria ambiente favorável para tais avanços estruturais.

PARTICIPAÇÕES MUNICIPAIS

Durante o seminário, diversos prefeitos e representantes municipais fizeram uso da palavra, apresentando dados locais:

- **Marco Marcondes**, Prefeito de **Fazenda Rio Grande**, apresentou o déficit orçamentário em precatórios, que compromete mais de 15% do orçamento anual do município, dificultando novos investimentos.
- **Junior**, Prefeito de **Morretes**, destacou os impactos sobre os pequenos municípios turísticos, onde a sazonalidade da arrecadação agrava os pagamentos contínuos.

- **Dr. Gustavo**, Prefeito de **Araucária**, afirmou que mesmo com arrecadação estável devido ao polo industrial, o passivo previdenciário é herança de gestões passadas e precisa ser equacionado.
 - **Prefeita Valdete**, de **Pérola**, citou a dificuldade de honrar os compromissos e manter folha em dia, considerando que o município depende em grande parte de repasses estaduais e federais.
 - **José Maria**, Prefeito de **Loanda**, relatou o estrangulamento fiscal causado por decisões judiciais acumuladas sem contrapartida orçamentária.
 - **Ex-Prefeito de Lunardeli** e os Prefeitos de **Nova Aurora**, **Ibaiti**, **Diamante do Norte**, bem como o **Secretário de Administração de Almirante Tamandaré** e o **Secretário de Ponta Grossa**, reforçaram a urgência da aprovação da PEC e solicitaram articulação política contínua junto à bancada federal do Paraná.
-

ENCERRAMENTO

O Deputado **Alisson Wandscheer** fez suas considerações finais, agradecendo a presença de todos e reforçando o compromisso com a defesa dos municípios na Câmara dos Deputados. Declarou que o seminário cumpriu seu papel de reunir sugestões para aprimorar o texto da PEC e fortalecer o municipalismo.

Por fim, o Deputado **Toninho Wandscheer** encerrou o seminário às 12h10, reiterando que todas as propostas apresentadas serão levadas à Comissão Especial e ao Relator da PEC 066/2023 em Brasília. Disponibilizou o e-mail institucional de seu gabinete para o recebimento de novas sugestões de prefeitos e lideranças municipais.

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por todos os presentes na mesa e demais autoridades participantes.

Curitiba, 10 de junho de 2025.